

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DIOVANI MAGRIN

GASTOS PÚBLICOS E CRESCIMENTO: UMA ANÁLISE DA CURVA DE LAFFER
PARA OS ESTADOS BRASILEIROS

CURITIBA

2018

DIOVANI MAGRIN

GASTOS PÚBLICOS E CRESCIMENTO: UMA ANÁLISE DA CURVA DE LAFFER
PARA OS ESTADOS BRASILEIROS

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Motta Correia

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

DIOVANI MAGRIN

GASTOS PÚBLICOS E CRESCIMENTO: UMA ANÁLISE DA CURVA DE LAFFER PARA OS ESTADOS BRASILEIROS

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Orientador(a) – Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Prof(a). Dr(a)./Msc. _____

Departamento _____, INSTITUIÇÃO

Cidade, ____ de _____ de 201__.

AGRADECIMENTOS

Aproveito esse espaço para mostrar a gratidão às pessoas que me ajudaram e que, de alguma forma, ocuparam um papel importante na minha vida pessoal, acadêmica e profissional.

Agradeço primeiramente, com elevada estima, aos meus pais que incentivaram e ensinaram, da maneira que puderam, a mim e a minha irmã a buscar o que precisamos, sempre com o intuito da honestidade. Agradeço a minha irmã Ariadne por fazer parte da minha vida e agradeço a Mariana, minha companheira de todas as horas, namorada e amiga, difícil encontrar as palavras mais corretas para descrever o quanto sou grato, meu muito obrigado por ser você, com seu carinho, incentivo, compreensão e por sempre estar ao meu lado onde me sinto tranquilo e em paz.

Agradeço também a todos os meus amigos e familiares espalhados por este Mundo, junto aos que se foram cedo demais, onde todos, de certa forma, sempre mantiveram seus pensamentos positivos sobre mim.

Agradeço aos meus professores que, apesar de todas as dificuldades que enfrentam em suas carreiras no Brasil, sempre se fizeram presentes e assertivos para repassar o conhecimento, ajudar, orientar e serem mentores para a vida profissional. Em especial ao meu professor Dr. Fernando Motta Correia, o qual sempre estive de braços abertos em todos os momentos que o procurei como professor, orientador e principalmente amigo, obrigado pelas valiosas horas de orientação.

Agradeço aos meus amigos e ex-colegas de trabalho Moacir e João Roberto, que me ajudaram no que puderam durante o período em que eu estava trabalhando e estudando.

Agradeço aos professores formadores da banca, os quais, com dedicação e compreensão, avaliaram esse trabalho.

Por fim não poderia deixar de agradecer a Deus, pela vida e saúde e por me proteger durante todos os passos da minha caminhada.

RESUMO

O objetivo central do estudo é identificar a relação dos componentes de gastos com saúde, educação, gasto com pessoal e gasto total nos estados brasileiros com seus respectivos crescimentos econômico, tendo como fundamento teórico a curva de Laffer no período de 2008 a 2012. A literatura apresenta trabalhos que buscam analisar como o gasto público afeta o crescimento econômico de países e regiões, alguns trabalhos chegam a conclusão de impactos significativos e positivos dos gastos correntes com o crescimento e outros gastos de capital por aumentar a capacidade produtiva da economia. Para países desenvolvidos e em desenvolvimento os resultados são distintos, onde alguns alocam gastos com capital em detrimento a gastos correntes pra torna-los mais eficientes. O trabalho levou em consideração 4 tipos de despesas, despesa com pessoal, despesa com educação, despesa com saúde e despesa total, sendo fundamentado na curva de Laffer. Os principais resultados do trabalho, de acordo com os dados empíricos, chega à conclusão que existe forte evidência para a curva de Laffer nos estados brasileiros.

Palavras-chave: Gasto Público. Crescimento Econômico. Estados brasileiros

ABSTRACT

The main purpose of this study is to identify the relationship between the components of spending on health, education, expenditure on personnel and total expenditure in Brazilian states with their respective economic growth, based on the theoretical Laffer curve in period from 2008 to 2012. The literature presents papers that seek to analyze how public spending affects the economic growth of countries and regions, some studies conclude the significant and positive impacts of current spending on growth and other capital expenditures by increasing the productive capacity of the economy. For developed and developing countries, the results are distinct, where some allocate capital expenditures over current expenditures to make them more efficient. The study took into account 4 types of expenses, personnel expenses, education expenses, health expenses and total expenses, being based on the Laffer curve. The main results of the study, according to empirical data, concludes that there is strong evidence for the Laffer curve in Brazilian states.

Keywords: public expenditure. economic growth. Brazilian states.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TAMANHO ÓTIMO DO GOVERNO, CURVA DE LAFFER.....	18
GRÁFICO 2 – CURVA DE LAFFER PARA DESPESA COM PESSOAL	30
GRÁFICO 3 – CURVA DE LAFFER PARA DESPESA COM EDUCAÇÃO.....	31
GRÁFICO 4 – CURVA DE LAFFER PARA DESPESA COM SAÚDE.....	32
GRÁFICO 5 - CURVA DE LAFFER PARA DESPESA TOTAL.....	33

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL NOS ESTADOS BRASILEIROS.	28
TABELA 2 – CRESCIMENTO E RAZÃO GASTO-PIB NOS ESTADOS BRASILEIROS	29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	UMA ANÁLISE DA LITERATURA NACIONAL E INTERNACIONAL	12
3	GASTOS PÚBLICOS NO ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO	22
4.	UMA ANALISE DA CURVA DE LAFFER PARA OS ESTADOS BRASILEIROS	28
5	CONCLUSÃO.....	35
	REFERÊNCIAS	37

1 INTRODUÇÃO

Considerando a importância que o governo possui com a eficiência e bem-estar social, a composição dos gastos públicos é de suma relevância para o crescimento econômico do país.

O conhecimento do impacto da composição dos gastos públicos sobre o crescimento econômico, pode conduzir os governos à realização de adequações orçamentárias mais consistentes em objetivos de longo prazo e trazer uma alocação mais eficiente dos recursos disponíveis.

O objetivo central do estudo é identificar a relação dos componentes de gastos com saúde, educação, gasto com pessoal e gasto total nos estados brasileiros com seus respectivos crescimentos econômico, tendo como fundamento teórico a curva de Laffer no período de 2008 a 2012.

Para analisar a questão do cenário nos Estados brasileiros esse estudo se propõe a responder a seguinte questão central: Existe relação assertiva entre a curva de Laffer e a curva de composição do gasto público para o crescimento econômico?

Os principais resultados desse estudo revelam que, o conjunto dos gastos agregados dos estados brasileiros em sua maioria se adequam ao comportamento apresentado a curva de Laffer. A contabilidade pública pela ótica da despesa é apresentada em duas categorias, categoria econômica, entre Despesas Correntes e Despesas de Capital, onde essa última refere-se a investimentos em infraestrutura e aquela refere-se a pagamento de despesa de custeio, como a despesa com pessoal. A segunda categoria são as despesas por categoria funcional, que é dividido em educação, saúde, transporte, legislativo, judiciário, previdência, entre outros. O gasto total representa o total dos gastos por categoria econômica ou o total dos gastos por categoria funcional.

Esse estudo abordou apenas as despesas com pessoal devido sua relevância no gasto por categoria econômica sendo a despesa com maior participação no gasto total, gasto em educação e saúde na categoria funcional pois são as que possuem maior participação no gasto total, e por fim o trabalho contempla o total das despesas.

Para a elaboração do trabalho, a pesquisa apresenta a seguinte estrutura, além dessa introdução o capítulo 2 aborda o referencial teórico levando em

consideração a relação apresentada pela curva de Laffer. No capítulo 3, desenvolve-se uma análise a respeito do orçamento público na tentativa de identificar as variáveis a serem consideradas. No capítulo 4, apresenta-se uma análise descritiva dos dados onde busca-se evidências a respeito da relação entre composição do gasto e crescimento econômico para os estados brasileiros. Vale destacar que a análise descritiva dos dados utilizou o banco de dados do Tesouro Nacional, para o período 2008 a 2012 referente a todos os Estados. Por fim, o capítulo 5 traz as considerações finais do trabalho.

2 UMA ANÁLISE DA LITERATURA NACIONAL E INTERNACIONAL

A identificação de gastos públicos produtivos e improdutivos pode ser um canal de entendimento do desempenho econômico a partir da avaliação da qualidade da despesa pública. Onde os gastos produtivos são aqueles que trazem um crescimento econômico com qualidade e responsabilidade fiscal e o improdutivo carrega efeitos contrários.

Para a avaliação faz-se indireta ou direta, aquela consiste em avaliar o resultado dos gastos que teriam um efeito positivo sobre o crescimento e assim mensurando o desempenho aos insumos utilizados, essa tem como objetivo medir o impacto do gasto público sobre o crescimento econômico por meio de análise estatística e cases.

Os componentes do gasto público contribuem para o crescimento econômico, que em termos da contabilidade pública são decompostos inicialmente com as suas características econômicas, em gastos correntes e gastos de capital, em seguida decomposto por sua função: defesa, educação, saúde, transporte e comunicação.

As discussões relacionando a composição do gasto público e crescimento econômico, segundo a teoria econômica, aborda a provisão das despesas do governo ao ambiente cíclico.

Os modelos keynesianos de demanda agregada sugerem relações entre orçamento do governo e atividade econômica, com o aumento/redução de impostos e gastos e o tamanho do multiplicador fiscal do governo.

A visão expectacional da política fiscal (teorema da equivalência ricardiana), tem como ideia que o efeito de um aumento no gasto do governo depende do aumento resultante das obrigações futuras dos impostos.

Independente da visão Keynesiana ou expectacional, pode-se perceber que à princípio pode existir uma associação entre composição do gasto público e seus efeitos sobre o crescimento econômico.

Segundo Alesina e Perotti (1995, 1996) os ajustes fiscais alicerçados no aumento tributário são pouco efetivos, se ter como objetivo o controle do aumento da dívida pública, ao contrário, ajustes fiscais bem-sucedidos seriam os cortes nos gastos, como na seguridade social e elevado nível de salário do funcionalismo público.

Nesse aspecto, é importante analisar se o governo é capaz de promover crescimento de longo prazo realocando os gastos. Diversos trabalhos buscam verificar o efeito dos gastos públicos sobre o crescimento levando em consideração a composição da despesa pública.

A realocação composicional a partir do aumento de gastos em educação, encontra-se uma associação mais evidente e ainda é analisado que, quando o gasto em educação tem como finalidade a redução de gastos sociais.

O aumento no gasto em educação promoveria, via acumulação de capital humano, um aumento na taxa de crescimento sustentado do PIB. A teoria de Lucas (1988) fundamenta essa relação, onde capital humano gera capital tecnológico e esse é capaz de auxiliar o crescimento econômico.

Para países desenvolvidos, segundo Basu e Bhattacharya (1999), o gasto público em educação em um primeiro momento resultaria um efeito positivo sobre o crescimento econômico, enquanto para as nações mais pobres, níveis iniciais de gastos em educação poderiam apresentar um crescimento de longo prazo.

Outro componente de gasto público analisado pela literatura é o gasto em infraestrutura, de acordo com Dabla-Norris *et. al.* (2012), nem todo investimento em infraestrutura está relacionado diretamente com taxas de crescimento econômico mais elevadas. Somente quando o grau de eficiência do gasto é alto, uma realocação dos gastos em direção à infraestrutura seria produtiva. Já Aschauer (1989) encontra uma relação positiva entre investimento público em infraestrutura e melhoria na produtividade e crescimento econômico.

Os gastos com a saúde da sociedade impactam diretamente na produtividade dos indivíduos e conseqüentemente no crescimento do PIB, esses gastos contribuem não apenas com o fator de produtividade do trabalho, mas também na qualidade da educação, melhorando o aspecto cognitivo das crianças, capacidade de aprendizagem e frequência escolar. Analisando que um investimento maior em saúde, proporciona melhores condições para os casais em suas relações com seus filhos, as preocupações emocionais que afetam o rendimento no aprendizado e no trabalho diminuem. Considera-se também, que a taxa de natalidade pode aumentar qualitativa e quantitativamente considerando-se crianças mais saudáveis tanto psicológica como fisicamente.

Sobre os estudos que prezam a análise da composição do gasto público e sua influência sobre o crescimento, pode-se citar o trabalho de Devarajan (1996),

que empreende a análise para os países em desenvolvimento. Usando dados de 43 países durante um período de 20 anos, demonstra-se que um aumento no gasto público total é positivo e significativo para o crescimento econômico, porém quando feito em excesso, pode-se tornar improdutivo, a exemplo dos gastos em saúde, educação, transporte, comunicação e capital.

Segundo análise feita em países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE por Afonso e Jalles (2013), é encontrado um resultado no ponto de vista de realocação dos gastos, enquanto o dispêndio em educação e saúde são produtivos para o crescimento econômico, impulsionando o crescimento do PIB, o imposto sobre a renda, o salário do funcionalismo público, o pagamento de juros da dívida, o consumo do governo e subsídios promovem um impacto oposto, obstando o crescimento desses países.

Na literatura nacional pode-se analisar como maioria dos estudos se concentrando nos impactos dos gastos agregados sobre o crescimento ou no impacto de algum componente. Candido Jr. (2001) analisa empiricamente a relação entre os gastos públicos e o crescimento econômico no Brasil, no período de 1947-1995. Os resultados sugerem dois canais de transmissão do gasto público para a esfera privada: gastos em infraestrutura, educação e saúde, que afetam diretamente o uso do capital físico e mão-de-obra privados e os efeitos dos gastos públicos agregados sobre o crescimento econômico que parecem atingir um limiar ótimo, existindo fortes evidências de baixa produtividade a partir dele.

Os gastos públicos quando bem empreendidos podem desempenhar um papel importante no crescimento a longo prazo de um país independentemente da esfera de análise, municipal, estadual ou federal.

Rocha e Giubert (2007) foram um dos primeiros a estudar os efeitos composicionais dos gastos sobre a economia brasileira. Com o objeto de estudo de determinar quais componentes do gasto público influenciaram o crescimento brasileiro no período de 1986-2003, encontraram alguns resultados notáveis, em primeiro lugar uma relação positiva e significativa entre os gastos em defesa, educação, transporte e comunicação e a taxa de crescimento, em segundo lugar a relação entre os gastos com capital, a taxa de crescimento foi significativa e não linear, e para finalizar, a relação entre os gastos primários e a taxa de crescimento econômico, que foi significativa e não linear. Apenas os gastos em saúde se mostraram insignificantes.

Os gastos públicos agregados influenciam positivamente o crescimento econômico dos municípios, portanto dos Estados, tais como os anos de escolaridade e a expectativa de vida ao nascer. Já a renda inicial, a desigualdade de renda e o número de homicídios apresentem um efeito negativo sobre a taxa de crescimento do PIB, em termos de gastos para os municípios abaixo da linha de pobreza, o gasto corrente se mostrou produtivo em relação ao gasto de capital.

Portanto parece não ter consenso, tanto na literatura nacional quanto na internacional, acerca dos efeitos da alocação dos gastos públicos agregados e relativos sobre o crescimento econômico. Um ponto importante são os gastos produtivos e improdutivos sobre o crescimento econômico, levando em consideração a alocação do gasto público sobre a taxa de crescimento econômico.

Barro (1990) infere que os efeitos positivos do gasto público sobre o crescimento têm um limite, originando externalidades positivas até um determinado ponto, a partir do qual produzirão um efeito negativo sobre as taxas de crescimento da economia. A lógica subentendida a esta argumentação é que o gasto público é financiado por meio de um tributo, proporcional à renda, que reduz os recursos disponíveis para o setor privado. A conclusão do estudo é que um aumento no gasto não produtivo está associado a um crescimento econômico menor.

Estudos empíricos (Barro 1990; Easterly e Rebelo 1993) comprovaram como os gastos públicos afetam o crescimento dos países, mostrando que se deve ter mais dispêndio em gastos de capital. Em seguida, estudos com ênfase em países em desenvolvimento (Devarajan *et al.* 1996; Ghosh e Gregoriou 2008) encontraram que esses estavam extrapolando os investimentos em gastos de capital onde as necessidades no tempo presente da sociedade desses, estava sendo afetada negativamente.

Os autores Easterly e Rebelo avaliaram mais de 100 países no período 70-88, e constataram que sendo ou não o país desenvolvido, gastos em capital ajudam positivamente com o crescimento, porém conforme outros estudos (Devarajan *et alii* e Ghosh e Gregoriou) quando um nação já está desenvolvida há um excesso de investimento em bens correntes onde se aplica que existe um excesso de investimento em bens de capital.

Assim matematicamente reduções nos gastos correntes podem aumentar o crescimento dos países desenvolvidos conforme Gupta *et al.* (2005).

Conforme estudos realizados por Rocha e Giuberti (2007), a nível estadual foi analisado a composição de gastos públicos sobre o crescimento da renda das famílias e obteve o resultado de que um teto de 61% do orçamento em gasto corrente há um efeito positivo.

Deve-se considerar ainda, expectativa de vida, renda per capita, desigualdade de renda, número de homicídios e escolaridade média impactam significativamente em crescimento econômico.

A relação entre crescimento e composição de gastos e não linear quadrática, permite a estimação de níveis ótimos de composição de gastos que sejam dependentes da renda per capita e conduzam a maximização do crescimento econômico.

Ainda segundo Rocha e Giuberti (2007) os intervalos de confiança construídos para a razão ótima da composição de gasto público mostram que cerca de 85% dos municípios de renda média gastam conforme o ótimo apresentado da composição. Já para outra faixa de renda municipal, apresentou estar fora do intervalo ótimo de gasto, podendo assim revisar a composição dos gastos se é possível melhor a porcentagem de cada item na composição do gasto no orçamento municipal.

O governo com ajuda do mecanismo da política fiscal, tem a capacidade de afetar o crescimento da renda per capita e como consequência o bem-estar da sociedade.

Os gastos públicos tornam-se improdutivos se feitos em excessos, e os componentes do gasto público apresentam comportamento distinto para países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Na literatura brasileira destacam-se os trabalhos relacionados à verificação de componentes específicos do gasto público, iniciando-se com o trabalho de Ferreira (1996), testando a relação do crescimento com os gastos de infraestrutura para a economia brasileira no período de 1970-1993. Os resultados indicaram que o impacto deste tipo de gasto é positivo no longo prazo.

Na área de transportes e em sua relação com o crescimento econômico para o período de 1986-2007, tendo como resultado demonstrado que o gasto público no setor de transporte provoca efeitos positivos sobre o crescimento econômico de longo prazo. (Bertussi, Capeluppi e Ellery Jr. -2011).

No Brasil, a regulação sob a qual os gastos públicos são registrados na contabilidade está expressa na Lei no 4.320/1964 e demais normas publicadas especialmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). A ferramenta utilizada para a identificação das operações governamentais é o orçamento, que segundo Giacomoni (1992), permite expressar, em termos físicos e financeiros, o programa do governo e seus meios de financiamento

A Portaria nº 42/1999 define que o orçamento público do Brasil é composto por 28 funções e 109 sub funções, que possibilitam a consolidação dos gastos de todas as unidades federadas ao longo do ano fiscal.

Diversos trabalhos teóricos e empíricos [Ram, 1986; Barro, 1990; Cashin, 1995; Ascahuer, 1989; entre outros] entendem que os gastos públicos podem elevar o crescimento econômico por meio do aumento da produtividade do setor privado. Os serviços de infraestrutura (transportes, telecomunicações e energia) e a formação de um sistema legal e de segurança, que preservem os direitos de propriedade e a defesa nacional, são alguns exemplos de atividades que servem de insumos para o setor privado.

Adicionalmente, autores como Srinivasan (1985), Buchanan (1980) e Bhagwati (1982) defendem a ideia de que os gastos públicos são improdutivos e não geram nenhum produto adicional porque são apenas resultantes de interesses de grupos.

No Brasil, estudos recentes também exploram efeitos do capital público sobre o crescimento econômico e a produtividade. Ferreira (1996) e Ferreira e Malliagros (1998) encontram evidências de uma forte relação entre investimento em infraestrutura (energia, telecomunicações e transportes) e produto.

As metodologias empíricas utilizadas permitem estimar a elasticidade gasto-produto, os efeitos das externalidades e o diferencial de produtividade entre os setores público e privado.

A importância dos gastos públicos pode ser avaliada por meio de um modelo desenvolvido por Barro (1990). Nesse, o tamanho do governo surte impacto sobre a taxa de crescimento econômico, ou seja, os gastos públicos geram externalidades positivas até um determinado nível acima do qual o aumento dos gastos tem repercussão negativa sobre as taxas de crescimento do produto e da poupança.

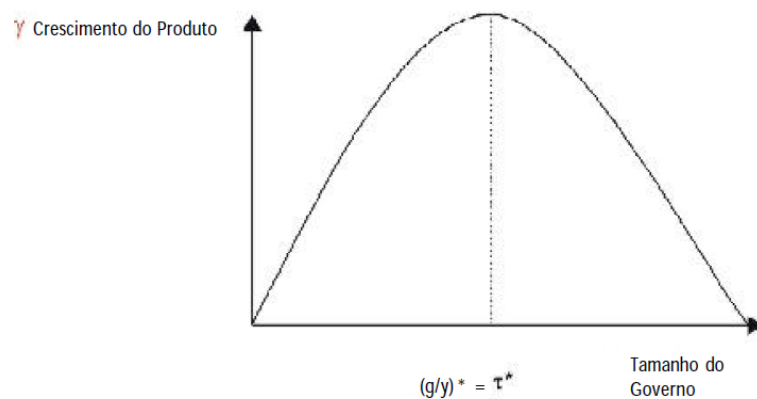
Barro (1990) considera que a quantidade de bens e serviços públicos per capita (g) entram como insumo na função de produção (y). Sem a presença de g , a função de produção apresenta retornos decrescentes de escala.

A taxa de crescimento do gasto per capita (g) é a mesma para o produto per capita (y) e o estoque de capital per capita (k). O impacto da política fiscal sobre g se dá por meio de dois canais de transmissão, o efeito positivo dos gastos públicos sobre o produto; e o segundo diz respeito ao efeito negativo dos impostos que reduzem os recursos disponíveis para o setor privado. O efeito líquido depende do tamanho do setor público em termos da relação (g/y) e da correspondente alíquota de tributação necessária para financiar o orçamento público. Assim, para uma relação (g/y) relativamente pequena o efeito da participação do setor público sobre o crescimento econômico é positivo; para um nível muito elevado de gastos públicos, porém, a situação inverte-se e um setor público grande reduz a taxa de crescimento estacionária do produto, consumo e capital, que é igual a g .

Portanto, pode-se concluir que existe um tamanho ótimo para a participação do governo na economia.

A partir de uma função de produção do tipo Cobb-Douglas, o tamanho ótimo é encontrado quando ($f' = 0$) e a relação g/y que maximiza a taxa de crescimento é exatamente igual ao seu produto marginal em condições competitivas. Essa é uma condição de eficiência, ou seja, o tamanho ótimo do governo é dado pela condição em que cada centavo marginal aplicado em bens públicos deve ser igual ao que se obtém desse bem em termos de produto marginal. A figura 1 mostra essa relação, com base na Curva de Laffer.

GRAFICO 1 – TAMANHO ÓTIMO DO GOVERNO: CURVA DE LAFFER



FONTE: Cândido Jr. (2015)

A curva de Laffer representa a relação entre crescimento do produto e tamanho do governo, por ela tem-se como pressuposto a seguinte afirmação: com a taxa de imposto em 0%, não haverá receita mas que também taxando 100% não haverá receita, afinal ninguém trabalha para dar 100% de sua receita ao governo. A curva busca não só entender o ponto que traz maior benefício para a sociedade, mas qual será a alíquota que maximiza a receita do estado, a explicação que Laffer apresenta é que aumenta a sonegação e mercado informal devido a maior taxação.(LAFFER - 2004)

De acordo com Degenhart, Vogt e Zonatto (2015),apud Abu-Bader e Abu-Qarn (2003), as relações entre os gastos do governo e o crescimento econômico têm atraído o interesse de muitos economistas, formuladores de políticas públicas e até mesmo estudiosos. Para tanto, o governo local apresenta uma posição importante no sistema político dos países (Wilson,2016).

Nesse sentido, as evidências encontradas na literatura sugerem que os gastos públicos podem elevar o crescimento econômico e aumentar a produtividade da área privada. Entretanto, a ineficiência da alocação dos recursos pode passar a superar o efeito positivo dessas externalidades (Cândido JR.,2001). Segundo Bogoni, Hein e Beuren (2011), a participação do gasto público na composição da demanda agregada pode ser vista como uma externalidade positiva, essas externalidades positivas geram benefícios para a sociedade. O crescimento econômico evidencia uma variação que ocorre na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) (Silva,Quintairos& Araújo, 2013). Assim, a partir do crescimento econômico torna-se possível a geração de emprego e renda tendo como efeito a melhor aplicação de recursos, o que gera externalidades positivas.

Desse modo, torna-se oportuna a avaliação das relações delongo prazo entre a política fiscal, a distribuição de renda e o crescimento econômico. É a partir da adequada a aplicação dos recursos que se torna possível criar condições para a geração de externalidades positivas e a geração de benefícios à sociedade.

Apesar de diversos estudos nacionais, como, por exemplo, Cândido Jr. (2001), Oliveira (2004), Castro (2006), Marques Jr.,Oliveira e Jacinto (2006), Rocha e Giuberti (2007), Bogoni et al.(2011), e internacionais, Aschauer (1989), Devarajan, SwaroopeZou (1996), Abu-Bader e Abu-Qarn (2003), Ventelou e Bry(2006), Baldacci, Clements, Gupta e Cui (2008), investigarem a relação existente entre o

crescimento econômico e os gastos públicos, não foram localizadas evidências acerca da influência entre as variáveis (assistência, saúde, educação e cultura).

Ainda, no contexto atual, a política macroeconômica apresenta como elemento essencial o ajuste fiscal, com o intuito de aumentar a produtividade dos gastos públicos e alocar os recursos de forma eficiente, com a capacidade de alavancar o setor produtivo (Bogoni et al., 2011).

Nesse sentido, segundo Devarajan et al. (1996), a literatura econômica tem centrado sobre a relação entre os gastos públicos e o crescimento econômico, pois uma mudança nas despesas públicas poderia levar a uma maior taxa de crescimento no estado e, sobretudo, um equilíbrio na economia. Nesse sentido, conforme a Teoria de Crescimento Endógeno de Lucas (1988), o acesso aos recursos públicos pode promover o crescimento de forma direta, por meio da produtividade, e indiretamente, a partir do seu impacto sobre a acumulação de capital humano e a capacidade de inovar.

Conforme Lledó (1997), o Brasil é um país que tem se caracterizado por apresentar grandes disparidades econômicas e sociais em seus estados, como é o caso das diferentes performances de crescimento econômico e até mesmo, entre o PIB per capita observado nas últimas décadas.

Diante disso, a teoria do crescimento econômico sugere que a política fiscal pode ter efeitos importantes durante o processo do crescimento econômico de longo prazo. Contudo, as relações entre a política fiscal e esse crescimento têm sido debatidas acerca da viabilidade de o estado tornar o setor público mais eficiente, atribuir incentivos econômicos para que haja o crescimento (Castro, 2006).

Dessa forma, as economias podem alcançar um crescimento econômico estável e equilibrado, a partir do momento em que o governo opta por uma fonte financeira adequada e que possibilite interagir os gastos do governo com a sua fonte financeira (Kamiguchi e Tamai - 2011).

Segundo Cândido Jr. (2001), a população espera um melhor uso dos recursos públicos, pois existem limites para a expansão das receitas que financiam o aumento do gasto per capita.

Essa é uma restrição importante que acontece nos países que se encontram em processo de estabilização econômica, pois o ajuste fiscal é fundamental na política macroeconômica, reforça a necessidade do aumento da produtividade dos gastos públicos.

Conforme explicam Marques Jr., Oliveira e Jacinto (2006), os gastos públicos podem ser considerados produtivos e improdutivos. É improdutivo a partir do momento em que o setor público investe recursos em áreas que competem com o setor privado e não gera benefícios adicionais para a sociedade. Já o gasto público é produtivo quando passa a ser introduzido de forma positiva na função de produção local e diretamente útil aos consumidores e gera benefícios. Nessa perspectiva, existem duas maneiras para se avaliar o gasto público e seu impacto sobre o crescimento econômico. A primeira consiste em avaliar o resultado dos gastos públicos por meio de uma avaliação indireta (análise insumo-produto) que apresenta um efeito positivo em relação ao crescimento econômico, como é o caso dos gastos com saúde e educação, entre outros. A segunda sugere avaliar o impacto dos gastos públicos sobre o crescimento por meio de análises estatísticas (Rocha e Giuberti, 2007).

Conforme Dulal, (Dulal & Yadav - 2015), a distinção entre economia e política fiscal reside no fato de que a economia preocupa-se com a distribuição e expansão dos recursos. Já uma política fiscal adequada necessita abrir espaço para o aprendizado dos funcionários e das instituições públicas para que haja qualidade e fluxo de informações e uma quantidade significativa de interação entre as autoridades públicas e o setor privado.

Nesse sentido, o crescimento econômico é impulsionado pela expansão do capital social. Portanto, os resultados significativos socorrem com a possibilidade de que a variabilidade nas políticas fiscais possa fornecer um fator adicional, o qual determina o desempenho macroeconômico e se reflete, assim no crescimento econômico de determinada região, estado ou país (Varvarigos - 2010).

Portanto, o principal determinante da política fiscal é a distribuição dos recursos. As diferentes taxas de crescimento econômico podem ser explicadas não pelas diferenças que há na política fiscal, mas sim, em função das diversificadas distribuições de recursos que ocorrem nas regiões, bem como nos países (Lledó, 1996).

3 GASTOS PÚBLICOS NO ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO

No Brasil a preocupação com o orçamento público é analisada desde sua primeira Constituição, aprovada em 1824, nesta ocasião as despesas públicas nas repartições e ministérios obrigatoriamente deveriam ser apresentadas à Câmara dos Deputados juntamente com todas as contribuições e receitas públicas.

A partir de 1964, com a Lei Federal nº 4.320, que foram instituídas mais especificamente as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da união, dos Estados e dos Municípios.

Em seguida na Constituição Federal de 1988, nos seus artigos 165 a 169 foram estipuladas as normas para reger o Orçamento Público em seus aspectos gerais, especificando a necessidade da administração pública desenhar objetivos, metas e de se fazer controle e avaliação dos resultados das ações do governo realizadas com recursos públicos.

Outro marco foi a edição da Lei da Responsabilidade Fiscal - LRF, instituída pela Lei Complementar nº 101 de 04 de Maio de 2000, que surgiu num contexto de reforma de Estado que vem ocorrendo em vários países nas últimas décadas. A diretriz é substituir a administração pública burocrática pela gerencial e assim aumentar a eficiência na prestação dos serviços pelo Estado. A LRF acrescenta dispositivos que diz respeito à elaboração e à aprovação do orçamento e que devem ser observados. Com a necessidade de combater o déficit público, os administradores públicos passaram a respeitar normas e limites para administrar as finanças, prestando contas de quanto e como gastam os recursos da sociedade.

A LRF se constitui em um instrumento voltado ao equilíbrio orçamentário, entre receitas e despesas. Mesmo tendo preocupações com a receita o foco está direcionado as despesas, pois a elevada carga tributária dificulta a geração de novas receitas, essa sendo a razão para que seja importante o controle das despesas.

Através desta breve citação histórica, é possível ver que houve expansão das atividades estatais trazendo a preocupação com a boa aplicação dos recursos públicos, pois o Estado se incumbia apenas da defesa externa e da segurança interna, com o objetivo de manter a ordem política, econômica e social, da distribuição da justiça, das relações internacionais e de alguns serviços mais importantes, para que pudesse promover o bem comum. Portanto, o orçamento

deixou de ser apenas lei de impostos, passando a ser um plano de ação governamental.

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante a adição do planejamento orçamentário.

Há três ferramentas distintas que definem a estrutura do planejamento orçamentário: O Plano Plurianual - PPA, tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública; a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO que é responsável por enunciar as políticas públicas e respectivas prioridades para o exercício seguinte; e a Lei Orçamentaria Anual - LOA tendo como objetivos estimar a receita e ficar a programação das despesas para o exercício financeiro.

Sobre esse assunto GONTIJO (2004) afirma que a LDO ao identificar no PPA as ações que receberão prioridade no exercício seguinte torna-se o elo entre o PPA, que funciona como um plano de médio-prazo do governo e a LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere. Em integração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual implica na agregação do gasto público, possibilitando o acompanhamento e a avaliação dos resultados, garantindo, transparência, controle, responsabilização e o equilíbrio das contas públicas.

A correta execução do orçamento público dá um norte as ações do governo para que sejam realizadas de acordo com a sua capacidade financeira, direcionando as finanças à manutenção ou alcance do tão desejado equilíbrio das contas públicas.

Para Busatto (2009), o gasto é para o Estado a forma de operacionalizar o planejamento exposto no orçamento público. Corroborando com que diz Lagemann (2009), “no caso das despesas, ela é o próprio parâmetro de ação. Sobre esta variável, volume de gastos, o Estado tem plena capacidade de definição”, assim, incumbe ao Estado a responsabilidade de priorizar e decidir a destinação dos gastos a fim de atender as perspectivas econômicas sociais.

Barro (1990) argumenta que esta função alocativa do gasto público executado pelo Estado, define qual será sua relação com o crescimento econômico. Neste sentido é preciso entender qual a composição do gasto bem como sua alocação, de modo a alcançar e potencializar seus resultados.

No campo empírico foram muitos os achados em relação a esta intervenção do Estado, em suas várias formas de gastos e investimentos, e como isto impacta no desenvolvimento econômico.

Esta discussão sobre os gastos públicos, e efeitos, leva em consideração a linha de pensamento Keynesiana, onde coloca o Estado como regulador econômico por meio de sua intervenção a fim de impactar positivamente na demanda efetiva, gerando assim a retomada do ciclo econômico. Em complemento a este pensamento, a linha da Teoria de Equivalência Ricardiana também relaciona o gasto público ao crescimento econômico, sendo que a propensão ao consumo e gasto seria alterado de acordo com a política tributária e de gastos do Estado, assim é necessário que para chegar na eficiência dos gastos públicos, o governo maximize seus esforços nos gastos que impulsionem a economia, identificando esses gastos e assim desempenhando seu papel regulador estabelecendo um Estado de bem estar social.

As operações de crédito, que são um subgrupo das receitas de capital, tem como arrecadação a realização de recursos financeiros advindos da constituição de dívidas, por meio de empréstimos e financiamentos, que podem ser de origem interna ou externa:

“Operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mutuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros” [Inciso III, do art. 29, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de responsabilidade Fiscal)]

Pode-se ainda considerar: “equiparam-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências do art. 15 e o art.16” [§ 1º do art.29, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)]

Portanto a dívida pública não decorre apenas de empréstimos de longo prazo, mas também compreende os compromissos a curto prazo, pois é do excesso de despesa sobre a receita.

Agora feito a apresentação das operações de créditos e dívida pública pode-se dar continuidade a vinculação entre os mesmos.

A primeira questão que surge é relativa ao limite de realização das operações de crédito, pois deve ser observado o seguinte, “São vedados: a realização de operações de crédito que excedam o montante da despesa de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta” (inciso III do art. 167 da Constituição Federal)

A lei orçamentária deve compreender:

Das despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que por intermédio deles se deva realizar e que a despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital (art. 12 da Lei nº 4.320/64).

A despesa orçamentaria deve atender a estrutura da natureza da despesa orçamentaria, consubstanciada na seguinte classificação- categoria econômica:

- Grupo de natureza da despesa
- Elemento de despesa onde, para o presente trabalho consideraremos a categoria econômica, tendo conformidade com a Portaria Interministerial nº 163/2001, sendo classificada em:

- Despesas correntes; e
- Despesas de capital

Nas despesas correntes são classificadas todas as despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. Pode-se nesta complementar dizendo que Despesas Correntes são gastos de natureza operacional, realizados pelas instituições públicas, para a manutenção e o funcionamento dos seus órgãos. Pode-se subdividir as despesas correntes em:

- Pessoal e reflexos
- Juros e encargos da dívida
- Outras despesas correntes

Nas despesas de capital são classificadas como as despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. Elas são os gastos realizados pelas instituições públicas, cujo propósito é o de criar novos bens de capital ou mesmo adquirir bens de capital já em uso, como é o caso dos investimentos e inversões financeiras, respectivamente, e que constituirão em última análise incorporações ao patrimônio público de forma efetiva ou através de mutação patrimonial.

Nesta categoria podemos subdividir as despesas em:

- Investimentos
- Inversões financeiras
- Amortização da dívida
- Reserva do regime próprio de previdência do servidor
- Reserva de contingência

Através do orçamento público que são estimadas as receitas e desenhado os gastos para um período futuro, de acordo com metas e objetivos do governo. Pela escassez dos recursos, é necessário e fundamental que cada valor alocado pelo setor público no orçamento seja contemplado pela eficiência em relação aos seus objetivos, usando o seu fator de regulação econômica, que acontece pela compulsoriedade legal.

No Brasil, a preocupação com a eficiência e a busca pela melhoria na alocação de recursos públicos através do orçamento, vem sendo amplamente discutida pelas bases técnicas e políticas, dada sua relevância e urgência. Assim, é necessária uma reestruturação geral do sistema orçamentário mudando o pensamento sobre a aplicação dos recursos públicos e promovendo a eficiência operacional na alocação de receitas e execução dos gastos (PELLINI, 2003)

Através do conceito eficiência é possível melhorar os processos, racionalizar os gastos e estruturar a gestão tanto para enfrentar um contexto adverso, como para impulsionar a alavancagem econômica na promoção do desenvolvimento.

O gasto público é a forma de financiar as políticas públicas e a oferta de bens e serviços para a população. Em primeiro momento a alocação dos recursos acontece pela compulsoriedade legal, como gastos com saúde e educação, que já são determinados como premissas básicas da Constituição Federal de 1988. Em um segundo momento a alocação de recursos é movida pela atuação discricionária sobre o orçamento acerca da priorização de suas demandas. Portanto tão essencial quanto a alocação dos recursos baseados nos princípios que se segue, é como prioridade um gasto eficiente, de modo a alcançar um melhor resultado.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prioriza o gasto público eficiente, obrigando o ente público a avaliar os resultados de todos os seus processos para o alcance dos seus objetivos pré-estabelecidos. Assim o gasto público surge como ator fundamental para que o Estado cumpra seus objetivos estabelecidos nas leis orçamentárias, realizando essas demandas de forma eficiente.

Segundo Rezende e Cunha (2005) a LRF ressaltou a importância do planejamento para a gestão pública ao tornar obrigatória a elaboração do PPA em todos os níveis da Federação. Também criou vínculos entre as peças legislativas que compõem o ciclo orçamentário entre esse e sua execução financeira. A LRF transformou o quadro mais geral de finanças públicas, com a criação de vários limites e regras aplicáveis as áreas de receita e despesa pública, pessoal, previdência, dívida e endividamento, contabilidade pública e controle, para o cumprimento do ciclo orçamentário.

A despesa com pessoal é entendida com o somatório dos gastos da federação com os: ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos funções ou empregos, civis, militares e membros de Poder, com alguma espécie remuneratória, como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, gratificações , horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelas entidades de previdência. Pela ótica da classificação da despesa por categoria econômica, a despesa com pessoal representa o maior tipo de despesa. Pela ótica da classificação da despesa por categoria funcional, as despesas em educação e saúde além do caráter obrigatório constitucional, as mesmas representam a maior parte das despesas junto aos entes subnacionais, Estados e Municípios. Por conta disso, o capítulo seguinte buscará evidências para curva de Laffer nos Estados brasileiros levando em consideração as despesas com pessoal, educação, saúde e educação. Será levando em consideração o total das despesas públicas.

4 UMA ANÁLISE DA CURVA DE LAFFER PARA OS ESTADOS BRASILEIROS

Este capítulo desenvolve uma análise descritiva dos dados para os Estados brasileiros com o objetivo de identificar evidências para a curva de Laffer levando em consideração as despesas com pessoal, educação, saúde e o total de gastos para todas as unidades federativas estaduais no período de 2008 – 2012.

Abaixo, na TABELA 1, estão expostos os dados da taxa de crescimento do PIB nos estados brasileiros, período 2008-2012. Para chegar a esses valores, foi baixado os dados do PIB, após realizou-se uma planilha com os dados tabulados, em seguida foi construída a taxa do PIB, através da seguinte fórmula $[n-(n-1)]/n-1$ onde n indica o ano do estado correspondente. Em seguida, fez-se a média aritmética das taxas encontradas para cada ano por estado.

TABELA 1 – Taxa de crescimento do PIB real nos Estados brasileiros (2008-2012)

ESTADOS	2008	2009	2010	2011	2012	Média
AC	-	0,10	0,15	0,04	0,09	0,09
AL	-	0,09	0,16	0,16	0,04	0,11
AM	-	0,06	0,20	0,08	-0,01	0,08
AP	-	0,09	0,12	0,08	0,16	0,11
BA	-	0,13	0,13	0,04	0,05	0,08
CE	-	0,09	0,19	0,13	0,02	0,11
DF	-	0,12	0,14	0,10	0,04	0,10
ES	-	-0,04	0,23	0,19	0,10	0,12
GO	-	0,14	0,14	0,14	0,11	0,13
MA	-	0,04	0,14	0,15	0,13	0,11
MG	-	0,02	0,22	0,10	0,05	0,10
MS	-	0,10	0,20	0,13	0,11	0,13
MT	-	0,07	0,04	0,20	0,13	0,11
PA	-	0,00	0,33	0,14	0,03	0,12
PB	-	0,12	0,11	0,11	0,09	0,11
PE	-	0,11	0,21	0,10	0,12	0,14
PI	-	0,14	0,16	0,12	0,05	0,11
PR	-	0,06	0,14	0,10	0,07	0,09
RJ	-	0,03	0,15	0,14	0,09	0,10
RN	-	0,10	0,16	0,12	0,10	0,12
RO	-	0,13	0,16	0,18	0,05	0,13
RR	-	0,14	0,13	0,10	0,05	0,11
RS	-	0,08	0,17	0,04	0,05	0,09

SC	-	0,05	0,17	0,11	0,05	0,10
SE	-	0,01	0,21	0,09	0,06	0,09
SP	-	0,08	0,15	0,08	0,04	0,09
TO	-	0,11	0,18	0,05	0,08	0,11

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do Tesouro Nacional

A TABELA 2 apresenta um resumo dos dados para o crescimento do PIB (c) e as razões despesas com pessoal/PIB - (P), despesas com Educação/PIB - (E), despesas com saúde/PIB - (S) e despesas totais/PIB – (T). Para chegar a esses valores, foi baixado os dados referentes aos gastos divididos em, Pessoal, Educação, Saúde e Total, após dividiu-se pelo PIB correspondente a cada estado.

TABELA 2 – Crescimento e Razão Gasto-PIB nos Estados brasileiros
(Média de 2008-2012)

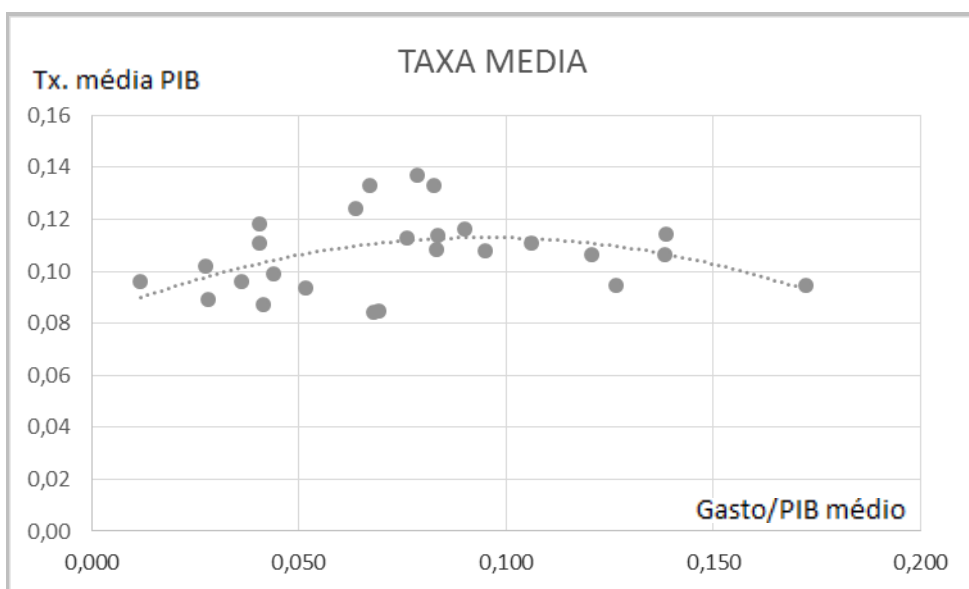
Região	ESTADOS	C	P	E	S	T
NORTE	AC	0,09	0,17	0,08	0,06	0,43
NORDESTE	AL	0,11	0,11	0,03	0,03	0,20
NORTE	AM	0,08	0,07	0,02	0,03	0,16
NORTE	AP	0,11	0,14	0,08	0,04	0,27
NORDESTE	BA	0,08	0,07	0,02	0,02	0,15
NORDESTE	CE	0,11	0,08	0,04	0,02	0,18
CENTRO-OESTE	DF	0,10	0,04	0,02	0,01	0,08
SUDESTE	ES	0,12	0,04	0,01	0,02	0,13
CENTRO-OESTE	GO	0,13	0,07	0,02	0,02	0,13
NORDESTE	MA	0,11	0,08	0,03	0,02	0,17
SUDESTE	MG	0,10	0,01	0,02	0,01	0,13
CENTRO-OESTE	MS	0,13	0,45	0,02	0,01	0,17
CENTRO-OESTE	MT	0,11	0,04	0,02	0,01	0,14
NORTE	PA	0,12	0,06	0,02	0,02	0,15
NORDESTE	PB	0,11	0,09	0,03	0,02	0,18
NORDESTE	PE	0,14	0,08	0,02	0,03	0,18
NORDESTE	PI	0,11	0,08	0,04	0,03	0,24
SUL	PR	0,09	0,05	0,02	0,01	0,10
SUDESTE	RJ	0,10	0,03	0,02	0,01	0,12
NORDESTE	RN	0,12	0,09	0,03	0,03	0,20
NORTE	RO	0,13	0,08	0,03	0,02	0,18
NORTE	RR	0,11	0,14	0,07	0,05	0,34
SUL	RS	0,09	0,04	0,01	0,01	0,11
SUL	SC	0,10	0,04	0,01	0,01	0,08
NORDESTE	SE	0,09	0,13	0,03	0,03	0,23
SUDESTE	SP	0,09	0,03	0,02	0,01	0,10
NORTE	TO	0,11	0,12	0,04	0,04	0,27

C - Taxa média de crescimento; P - Gasto com Pessoal;
E - Gasto com Educação; S - Gasto com Saúde; T - Gasto Total

FONTE: elaboração própria a partir dos dados do Tesouro Nacional

Os gráficos abaixo exibem a curva de Laffer no efeito do tamanho do Estado sobre o crescimento econômico diferenciando as categorias selecionadas (saúde e educação) e categoria econômica (pessoal) e o total dos gastos. A relação dos gráficos são: a taxa de crescimento do PIB Brasil, (média do período de 2008 a 2012), no eixo vertical e no eixo horizontal temos cada qual representando sua categoria (tamanho do gasto – gasto/PIB), gasto com pessoal, educação, saúde e gasto total.

GRAFICO 2: Curva de Laffer para Despesa com Pessoal



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Tesouro Nacional

Para as despesas com Pessoal, GRÁFICO 2, o Estado da Paraíba é o ponto de reversão, onde o gasto com pessoal é produtivo até 10% do PIB, após torna-se improdutivo na participação do gasto no PIB gerando efeito negativo no crescimento.

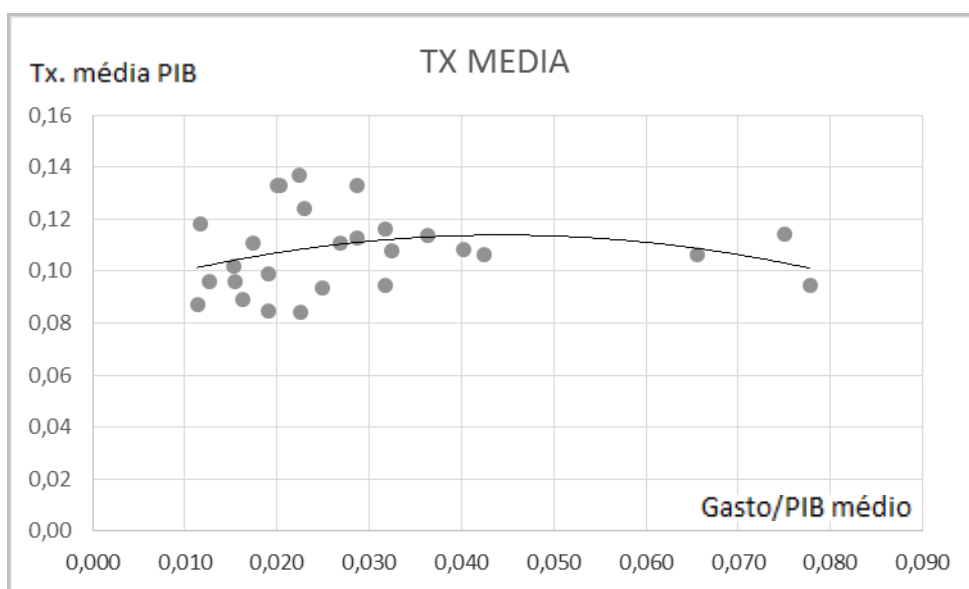
Segundo Devarajan *et al* (1996) é afirmado em seu modelo teórico que os gastos aparentemente produtivos podem se tornar improdutivos quando extrapolam em quantidade. Esse estudo apresenta essa evidência para países em desenvolvimento, pois os países em desenvolvimento teriam colocado de maneira ineficiente os gastos públicos, com um excesso em gasto de capital tornando-os

improdutivos na margem e os gastos correntes acabam se tornando produtivos na margem.

Com essa evidência mostra que a curva de Laffer é verificada para os dados dos estados brasileiros quando observa as despesas correntes, na rubrica despesa com pessoal.

O GRÁFICO 3 traz a relação da curva de Laffer para as despesas com educação.

GRAFICO 3: Curva de Laffer para Despesa com Educação



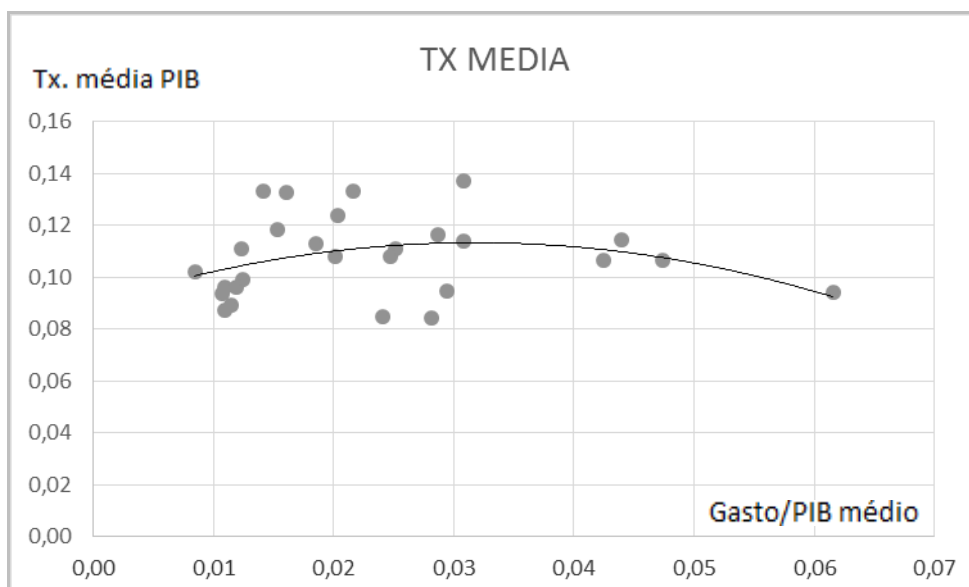
Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Tesouro Nacional

Pode-se observar que um gasto de aproximadamente até 4,2% do PIB, onde foi atingido no estado do Tocantins, é considerado gasto eficiente, a partir do mesmo torna-se ineficiente tendo efeito negativo para o crescimento econômico.

Segundo a LRF que prioriza o gasto público eficiente, a alocação de recursos em primeiro momento acontece pela compulsoriedade legal, como gastos em saúde e educação, esses já determinados como premissas básicas da Constituição Federal de 1988, obrigando o ente público a avaliar os resultados de todos os seus processos para realizar os seus objetivos pré-estabelecidos.

O GRÁFICO 4 a seguir traz a relação da curva de Laffer para as despesas com saúde.

GRAFICO 4: Curva de Laffer para Despesa com Saúde



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Tesouro Nacional

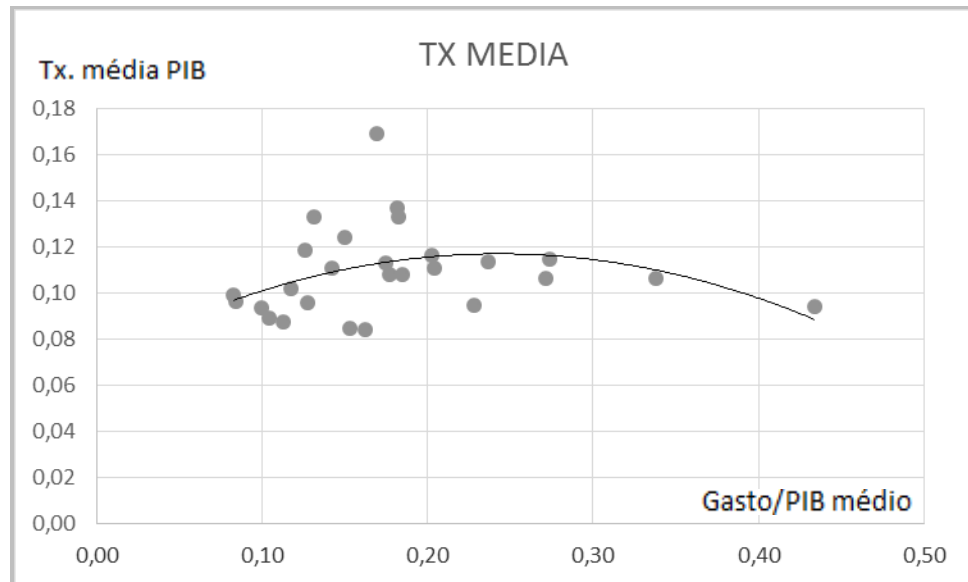
De acordo com o GRÁFICO 4, o ponto de inflexão para as despesas com saúde é 3% de gastos com relação ao PIB.

A composição que representa valores acima de 3% representa um efeito negativo sobre o crescimento econômico.

Conforme apresentando anteriormente os gastos com a saúde impactam diretamente na produtividade dos indivíduos e consequentemente o crescimento do PIB, esses gastos contribuem não apenas com o fator de produtividade do trabalho mas também com a qualidade da educação, melhorando seu aspecto cognitivo relacionado com a capacidade de aprendizado, assim aumentando a frequência escolar, dito isso, Tocantins, Amapá, Roraima e Acre possuem gasto em educação onde a curva de Laffer está considerando efeito negativo.

O GRÁFICO 5 traz a relação da curva de Laffer para as despesas totais.

GRAFICO 5: Curva de Laffer para Despesa Total



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do tesouro nacional

A análise do GRÁFICO 5 apresenta o valor de 24% (Estado do Piauí) como o estado brasileiro que tem a composição de gasto total mais próximo ao ideal, onde o gasto total é positivo e produtivo até 25% do PIB, extrapolando o mesmo, começa a ter uma relação causal inversa entre crescimento e tamanho do gasto.

A seguir segue um quadro resumo dos resultados da curva de Laffer para os Estados brasileiros de 2008 a 2012.

QUADRO 1 – RESUMO DA CURVA DE LAFFER PARA OS ESTADOS DO BRASIL

QUADRO RESUMO DA CURVA DE LAFFER PARA OS ESTADOS DO BRASIL 2008-2012		
NATUREZA DO GASTO	CRESCIMENTO POSITIVO	CRESCIMENTO NEGATIVO
Gasto com Pessoal (10%)	AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SP	AC, AL, AP, RR, SE e TO
Gasto com Educação(4,2%)	AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP	AC, AP, RR, TO
Gasto com Saúde(3%)	AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP	AC, AP, PE, PI, RR, TO
Gasto Total(25%)	AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP	AC, AP, RR, TO

FONTE: elaboração própria a partir dos resultados encontrados nesse trabalho

Os estados que fazem parte da coluna Crescimento Positivo, são os que ficaram com a composição dos seus gastos dentro do estabelecido, apresentando assim uma taxa crescente no crescimento econômico. Já os estados que estão dentro da coluna Crescimento Negativo, apresentaram uma taxa decrescente no crescimento econômico.

No quadro acima, pode-se observar que em média os estados da região Norte e Nordeste do Brasil apresentaram efeitos negativos sobre o crescimento econômico.

Pode-se dar como base que esses estados possuem maior dependência da União. Mas não entraremos na discussão do motivo, pois foge ao escopo desse trabalho.

5 CONCLUSÃO

O objetivo central do estudo foi identificar a relação dos componentes de gastos com saúde, educação, gasto com pessoal e gasto total nos estados brasileiros com seus respectivos crescimentos econômico, tendo como fundamento teórico a curva de Laffer no período de 2008 a 2012.

Na revisão da literatura foi analisado trabalhos empíricos com resultados que mostram a significância positiva da composição dos gastos públicos, onde gastos do governo podem ser produtivos e improdutivos na taxa de crescimento da economia, onde países em desenvolvimento necessitam concentrar mais em despesas correntes e em países desenvolvidos em despesa de capital. Um ponto importante são os gastos produtivos e improdutivos sobre o crescimento econômico, levando em consideração a alocação do gasto público sobre a taxa de crescimento econômico. A teoria do crescimento endógeno de Lucas (1988), corresponde ao progresso tecnológico, como aumento na eficiência da utilização de fatores de produção, com a característica de não rivalidade do conhecimento, capital humano, tendo assim difusão instantânea por todos os agentes da economia reconhecendo assim o conhecimento como motor de crescimento econômico, sendo que a composição ótima de gasto público é de fato um conhecimento desenvolvido através do capital humano.

O modelo adotado foi fundamentado na curva de Laffer, em que a carga tributária tem retorno positivo até certo ponto, em seguida torna-se prejudicial, onde ela não busca só entender o ponto que trouxe maior benefício para a sociedade, mas também qual será o valor da taxa que maximiza a receita do governo. Em analogia a curva de Laffer original, foi utilizado com proxy do tamanho do governo os níveis de gastos, ao invés da carga tributária. Foi feito a decomposição dos gastos por categoria econômica, gastos correntes e de capital, e categoria funcional, gasto com pessoal, educação, saúde e o gasto total, conforme na Lei de Responsabilidade Fiscal que prioriza o gasto público eficiente, principalmente no gasto com pessoal o qual foi visto sendo a maior despesa da categoria funcional, tornando assim uma composição mais adequada do gasto público.

As principais conclusões são que, os resultados empíricos de acordo com as análises de dados evidenciam a relação entre gasto/PIB médio e taxa média do PIB

apresentada pela curva de Laffer para os tipos de despesas selecionadas no conjunto dos dados para os estados brasileiros.

Sendo assim, em média os estados da região Norte e Nordeste do Brasil apresentaram efeitos negativos sobre o crescimento econômico.

A região Norte e Nordeste é a que mais possui ineficiência na composição do gasto público. Portanto, os principais resultados da pesquisa mostram evidências para a curva de Laffer nos Estados brasileiros. O resultado traz uma importante evidência para a execução do orçamento público de maneira eficiente, uma vez que o objetivo da intervenção do governo por meio da execução dos gastos públicos é a otimização das despesas tendo em vista maiores ganhos de crescimento econômico.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, António; JALLES, João T. Fiscal composition and long-term growth. Working Paper Series, n. 1518, p. 1-43, 2013.
- ALESINA, Alberto; PEROTTI, Roberto. Fiscal adjustments in OECD countries: composition and macroeconomic effects. Working Paper, n. 5730, p. 1-46, 1996.
- ALESINA, Alberto; PEROTTI, Roberto. Fiscal expansions and fiscal adjustments in OECD countries. NBER Working Paper Series, n. 5214, p. 1-38, 1995.
- ARAUJO, J. A.; MONTEIRO, V.B.; CAVALCANTE, C. **A. Influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos Municípios do Ceara**. Trabalho apresentado no: Encontro – Economia do Ceará em Debate – IPECE, VI, 2010, Ceará.
- ASCHAUER, D. Is public expenditure productive? **Journal of Monetary Economics**, v.23, 177-200, 1989.
- BARRO, R. “Government Spending in a Simple Model of Endogenous Growth”. **Journal of Political Economy**, 98(5), 103- 125, 1990.
- BUSATTO, Leonardo Maranhão. **Análise da efetividade da despesa pública dos municípios do Rio Grande do Sul**. 2009.
- BASU, Parantap; BHATTARAI, Keshab. **Does government spending on education promote growth and schooling returns?** Durham University and Hull University Working Paper, p. 1-22, 1999
- CÂNDIDO JR., J. **Os gastos públicos no Brasil são produtivos?** IPEA, 2001. (Texto para Discussão nº.781).
- Castro, Conceição. (2006). Política fiscal e crescimento econômico. **Revista de Estudos Politécnicos**, 3(5/6), 87–118.
- CREPALDI, Silvío Aparecido. **Orçamento Público: planejamento, elaboração e controle**. p.38-93. Ed. Saraiva. 2013.
- DABLA-NORRIS, Era et al. Investing in public investment: an index of public investment efficiency. **Journal of Economic Growth**, v. 17, n. 3, p. 235-266, 2012.
- DEGENHART, Larissa; VOGT, Mara; ZONATTO, Vinícius Costa da Silva. Influência dos gastos públicos no crescimento econômico dos municípios da Região Sudeste do Brasil. REGE – **Revista de Gestão** 23 (2016) 233-245; 2016.
- DEVARAJAN, S.; SWAROOP, V.; ZOU, H The Composition of Public Expenditure and Economic Growth. **Journal of Monetary Economics**, Elsevier, Amsterdam, v37, p.313-344, 1996.

DULAL, Hari Bansha, Dulal, Rajendra, & Yadav, Pramod Kumar. (2015). **Entregando uma economia verde na Ásia: a função dos instrumentos fiscais.** *Futures*, 73, 61–77
 Título original: Delivering green economy in Asia: the role of fiscal instruments.

EASTERLY, W.; REBELO, S. Fiscal policy and economic growth: an empirical investigation. **Journal of Monetary Economics**, v. 32, p. 417-458, 1993.

FERREIRA, P. C. **Investimento em infra-estrutura no Brasil: fatos estilizados e relações de longo prazo.** *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 26, n. 2, p. 231-252, 1996.

FREITAS, U.R.P.; NETO, AA Castro; LÔU, I.C. **Relação entre gastos públicos e crescimento econômico: uma análise com dados em painel para o Nordeste.** *Conjuntura e Planejamento*, n.162, p. 50-57, 2009.

Ghosh, S. & Gregoriou, A. (2008). **A composição do gasto público e crescimento: Is current or capital spending better?** *Oxford Economic Papers*, 60:484–516.
 Título original: The composition of government spending and growth.

Rocha, F. & Giuberti, A. (2007). **Composição do gasto público e crescimento econômico: Uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos estados brasileiros.** *Economia Aplicada*, 11:463–485.

GONTIJO Vander. **Princípios Orçamentários.** Brasília: **Câmara dos deputados**, 2004. Disponível em: <www.profpito.com/princorc.html>. Acesso em: 13 set. 2018

KAMIGUCHI, Akira, & Tamai, Toshiaki. (2011). **Gastos governamentais podem ser produtivos sendo uma fonte de indeterminação de equilíbrio?** *Economic Modelling*, 28(3), 1335–1340. Título original: Can productive government spending be a source of equilibrium indeterminacy?

LAFFER, Arthur B. The Laffer curve: Past, Present and Future. **The Heritage Foundation**, Jun 2004. Disponível em: <<https://www.heritage.org/taxes/report/the-laffer-curve-past-present-and-future>>. Acesso em: 2 out. 2018

LAGEMANN, Eugenio. **Finanças Públicas. Conceito, importância e abrangência.** Texto da disciplina Finanças Públicas. Curso de especialização em Administração Pública Eficaz da Escola de Administração da UFRGS. 2009.

LLEDÓ, Victor D. (1996). **Distribuição de renda, crescimento endógeno e política Fiscal: uma análise cross-section para os estados brasileiros.** Brasília: Ipea. Texto para Discussão, n.º. 441.

PELLINI, A.M., **Os Sistemas de Planejamento, Execução e Controle da Gestão Pública – Uma Nova Proposta.** Contexto, Porto Alegre, v.3,n.4,1º semestre 2003.

REZENDE, Fernando e Armando Cunha. **Disciplina Fiscal e Qualidade do Gasto Público.** 1ª ed. São Paulo. Editora FGV – 2005 p. 95 e 96

TONET Helena, CORRÊA Lavínia; **A Lei de Responsabilidade Fiscal**: uma abordagem gerencial, Vol. II: Gestão Implícita no texto da LRF; p. 28; coordenação de Rui Otávio Bernardes de Andrade e Sebastião Luiz de Mello. Brasília: Conselho Federal de Administração; Brasília/DF; Produção: Terra Propaganda LTDA; Ed. Prática Gráfica e Editora Ltda. 2001.

VARVARIGOS, Dimitrios. (2010). **Inflação, gastos públicos voláteis e crescimento endogenamente sustentado**. Journal of Economic Dynamics and Control, 34(10), 1893–1906. Título original: Inflation, volatile public spending, and endogenously sustained growth.